

ANEXO

REGIMENTO INTERNO

ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRADOS E SERVIDORES JUDICIÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA – MASB

TÍTULO I

DOS FINS E ATIVIDADES

Art. 1º A Escola Superior de Magistrados e Servidores Judiciários do Estado da Bahia – MASB, criada pela Lei nº. 11.616 de 24 de novembro de 2009, com sede na Cidade do Salvador e atuação em todo o Estado, tem por finalidade a preparação, a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento dos magistrados, servidores e colaboradores do Poder Judiciário.

Art. 2º São atribuições da MASB:

- I – apoiar as comissões de concurso para ingresso na magistratura e demais cargos para servidores, quando solicitada;
- II – implementar os projetos de ensino e pesquisa definidos pela UNICORP-TJBA, por meio da Comissão de Estudos, Pesquisas e Apoio à Gestão do Conhecimento;
- III – realizar cursos regulares de preparação, formação, treinamento e aperfeiçoamento de magistrados, servidores e colaboradores, especialmente nas etapas finais de concurso público para ingresso nas respectivas carreiras;
- IV – viabilizar a publicação e promover a divulgação de trabalhos de interesse jurídico ou de outro ramo do conhecimento, produzidos por magistrados, servidores e colaboradores, com o fim de promover a melhor compreensão e aplicação do Direito, inclusive no âmbito da Gestão Judiciária;
- V – manter intercâmbio com as demais Escolas de Magistratura e de Servidores, bem como outras instituições de natureza similar, visando ao estabelecimento de parcerias;
- VI – promover seminários, simpósios, palestras, painéis e outros encontros congêneres;
- VII – promover atividades socioculturais que visem a incentivar o estudo do Direito e o aprimoramento da função judicante;
- VIII – identificar e mapear as necessidades de capacitação dos magistrados, servidores e, em sendo necessário, dos colaboradores;
- IX – elaborar e apresentar anualmente o plano de trabalho da MASB, segundo as diretrizes estabelecidas pela UNICORP-TJBA;
- X – implementar ações de adaptação funcional para juízes substitutos e servidores recém-ingressos no Poder Judiciário.

Parágrafo único. Os cursos promovidos pela MASB, segundo a sua natureza e finalidade, poderão exigir a aplicação de avaliações, especialmente para fins de aprovação em concurso público, vitaliciamento e progressão na carreira.

TÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A MASB está estruturada da seguinte forma:

- I – Diretoria-Geral;
- ~~I-A – Vice-Diretoria;~~ [\(Inserido conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)
- I-A – Diretoria-Adjunta; [\(Alterado conforme Resolução N. 07, de 28 de junho de 2023\)](#)
- II – Coordenação-Geral;
- ~~III – Coordenação Pedagógica de Magistrados;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)
- III – Coordenação-Pedagógica de Magistrados e Servidores; e
- ~~IV – Coordenação Pedagógica de Servidores;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)
- IV – Secretarias de Apoio.
- ~~V – Secretarias de Apoio;~~ [\(Renumerado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I DIREÇÃO-GERAL

~~Art. 4º A Direção-Geral, cargo público não remunerado, será exercida privativamente por magistrado designado pelo Presidente da UNICORP-TJBA, competindo-lhe a direção técnica e administrativa da MASB, e, dentre outras atribuições, as seguintes:~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)

Art. 4º A Direção-Geral será exercida privativamente por desembargador designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, competindo-lhe a direção técnica e administrativa da UNICORP e da MASB, e, dentre outras atribuições, as seguintes:

- ~~I – Cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável à MASB, bem como as deliberações da UNICORP-TJBA;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)
- I – Cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável à UNICORP e à MASB;
- II – Propor políticas e diretrizes básicas de capacitação;
- ~~III – Promover e coordenar a elaboração do plano de trabalho, das propostas orçamentárias, assim como as solicitações de créditos adicionais, submetendo-as ao Presidente da UNICORP-TJBA;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)

III – Promover e coordenar a elaboração do plano de trabalho, das propostas orçamentárias, assim como as solicitações de créditos adicionais, submetendo-as à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;

~~IV – Submeter plano de trabalho, programas e projetos apresentados pelas Coordenações à Presidência da UNICORP-TJBA;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)

IV – Facultar ao Vice-Diretor ou a outro Magistrado a coordenação de cursos de Formação Inicial e/ou Continuada;

V – Promover e coordenar a elaboração de propostas de alteração deste Regimento;

VI – Autorizar a realização de despesas e gerenciar a execução orçamentária e financeira;

~~VII – Encaminhar à Presidência da UNICORP-TJBA relatórios das atividades da MASB;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)

VII – Encaminhar à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia relatórios das atividades da UNICORP e da MASB;

~~VIII – Representar a MASB em suas relações institucionais;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)

VIII – Representar a UNICORP e a MASB em suas relações institucionais;

~~IX – Gerir as ações dos diversos órgãos que integram a estrutura da MASB;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)

IX – Gerir as ações dos diversos órgãos que integram a estrutura da UNICORP e da MASB;

X – Firmar parcerias com instituições para viabilizar iniciativas de interesse comum;

XI – Exercer outras atribuições correlatas e necessárias ao cumprimento do exercício da função.

~~Parágrafo único. Nas ausências ou impedimentos do Diretor Geral da Escola, exercerá as suas atribuições o Coordenador Geral.~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)

~~Parágrafo único. Nas ausências ou impedimentos do Diretor Geral, exercerá as suas atribuições o Vice-Diretor.~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 07, de 28 de junho de 2023\)](#)

Parágrafo único. Nas ausências ou impedimentos do Diretor-Geral, exercerá as suas atribuições o Diretor-Adjunto.

SEÇÃO I-A [\(Inserido conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)

VICE-DIREÇÃO [\(Alterado conforme Resolução N. 07, de 28 de junho de 2023\)](#)

DIREÇÃO-ADJUNTA

~~Art. 4º-A A Vice-Direção será exercida privativamente por desembargador designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, competindo-lhe a seguintes atribuições:~~ [\(Inserido conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)

Art. 4º-A A Direção-Adjunta será exercida privativamente por desembargador designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, competindo-lhe a seguintes atribuições: [\(Alterado conforme Resolução N. 07, de 28 de junho de 2023\)](#)

- I – Desenvolver plano de trabalho, programas e projetos, submetendo-os ao Diretor-Geral aqueles apresentados pela Coordenação-Geral; [\(Inserido conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)
- II – Exercer a coordenação dos cursos de Formação Inicial, Continuada e/ou Vitaliciamento, conforme facultado pelo Diretor-Geral; [\(Inserido conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)
- III – Supervisionar a realização dos cursos, seminários e eventos congêneres, conforme facultado pelo Diretor-Geral; [\(Inserido conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)
- IV – Representar o Diretor-Geral nos eventos e compromissos institucionais, sempre que necessário. [\(Inserido conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)
- V – Exercer outras funções inerentes à área pedagógica ou que lhe sejam delegadas pelo Diretor-Geral. [\(Inserido conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)

~~Parágrafo único. O Vice-Diretor será substituído pelo Coordenador-Geral, nos impedimentos, afastamentos e nas ausências eventuais.~~ [\(Inserido conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)

Parágrafo único. O Diretor-Adjunto será substituído pelo Coordenador-Geral, nos impedimentos, afastamentos e nas ausências eventuais. [\(Alterado conforme Resolução N. 07, de 28 de junho de 2023\)](#)

SEÇÃO II

DA COORDENAÇÃO-GERAL

~~Art. 5º A Coordenação-Geral, cargo público não remunerado, será exercida privativamente por magistrado designado pelo Diretor-Geral da MASB, competindo-lhe a condução pedagógica e administrativa da MASB, e, dentre outras atribuições, as seguintes:~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)

Art. 5º A Coordenação-Geral será exercida privativamente por magistrado de Comarca da Capital, designado pelo Diretor-Geral da MASB e, que preencha os requisitos mínimos para atuação na escola judicial, como mestrado, formação de formadores ENFAM e atuação como docente em cursos presenciais e à distância, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, competindo-lhe a condução pedagógica e administrativa da UNICORP e da MASB, e, dentre outras atribuições, as seguintes:

- ~~I — assistir a Direção da MASB na consecução das suas finalidades administrativas, orçamentárias e pedagógicas;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)
- I – assistir a Direção da UNICORP e da MASB na consecução das suas finalidades administrativas, orçamentárias e pedagógicas;
- II – supervisionar as coordenações pedagógicas, promovendo a sua constante integração e equilíbrio;
- ~~III — administrar os recursos humanos, orçamentários, financeiros e materiais da MASB;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)
- III – administrar os recursos humanos, orçamentários, financeiros e materiais da UNICORP e da MASB;

IV – identificar instituições para estabelecer parcerias, visando à realização de projetos e ações;

V – viabilizar junto aos demais órgãos do Tribunal o apoio administrativo necessário ao funcionamento da Escola;

VI – exercer outras atribuições correlatas e necessárias ao cumprimento da sua função.

Parágrafo único. Nas ausências ou impedimentos do Coordenador-Geral da Escola, exercerá as suas atribuições um dos Coordenadores-Pedagógicos, a ser definido pelo Diretor-Geral.

SEÇÃO III

~~DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DE MAGISTRADOS~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)

DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

~~Art. 6º A Coordenação Pedagógica de Magistrados, cargo público não remunerado, será exercida privativamente por magistrado designado pelo Diretor-Geral da MASB, competindo-lhe as seguintes atribuições:~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)

~~Art. 6º A Coordenação Pedagógica de Magistrados e Servidores será exercida privativamente por servidor efetivo do Poder Judiciário, designado pelo Diretor-Geral da MASB, competindo-lhe as seguintes atribuições:~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)

Art. 6º A Coordenação Pedagógica de Magistrados e Servidores será exercida privativamente por servidor efetivo do Poder Judiciário, designado pelo Diretor-Geral da UNICORP e da MASB, competindo-lhe as seguintes atribuições:

~~I – identificar as necessidades de capacitação de Magistrados;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)

I – identificar as necessidades de capacitação de Magistrados, servidores e colaboradores do Poder Judiciário;

~~II – promover a execução das metas pedagógicas do plano de trabalho referentes às necessidades diagnosticadas dos juízes de primeiro e segundo graus;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)

II – promover a execução das metas pedagógicas do plano de trabalho referentes às necessidades diagnosticadas dos juízes de primeiro e segundo graus, de servidores e colaboradores;

III – conduzir as ações pedagógicas, especialmente cursos e seminários, na sua respectiva área de atuação;

IV – submeter relatórios técnicos à Direção-Geral, quando solicitado;

V – promover a difusão do conhecimento por meio de ações editoriais e de pesquisa, na sua respectiva área de atuação;

~~VI – atuar de forma integrada com o Coordenador Pedagógico de Servidores, visando ao alinhamento das políticas definidas pela UNICORP-TJBA;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)

VI – atuar de forma integrada com o Coordenador-Geral, visando ao alinhamento das políticas definidas pela UNICORP-TJBA;

VII – exercer outras atribuições correlatas e necessárias ao cumprimento da sua função.

SEÇÃO IV

~~DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DE SERVIDORES~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)

DA SECRETARIA-GERAL

~~Art. 7º A Coordenação Pedagógica de Servidores será exercida privativamente por servidor efetivo do Poder Judiciário, designado pelo Diretor Geral da MASB, competindo-lhe as seguintes atribuições:~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)

~~Art. 7º A Secretaria-Geral, cargo comissionado, será exercida por pessoa indicada pelo Diretor-Geral, nomeada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, cabendo-lhe executar as atividades administrativas, orçamentárias e de suporte técnico às ações da MASB, inclusive:~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)

Art. 7º A Secretaria-Geral, cargo comissionado, será exercida por pessoa indicada pelo Diretor-Geral, nomeada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, cabendo-lhe executar as atividades administrativas, orçamentárias e de suporte técnico às ações da UNICORP e da MASB, inclusive:

~~I – identificar as necessidades de capacitação de servidores e colaboradores do Poder Judiciário;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)

~~I – desenvolver atividades administrativas, de suporte técnico, logístico, contábil e financeiro, necessários à realização das ações finalísticas da MASB;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)

I – desenvolver atividades administrativas, de suporte técnico, logístico, contábil e financeiro, necessários à realização das ações finalísticas da UNICORP e da MASB;

~~II – promover a execução das metas pedagógicas do plano de trabalho referentes às necessidades diagnosticadas de servidores e colaboradores;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)

II – efetuar o registro e controle de informações relativas aos estudantes da Escola, inclusive cadastro, frequência e aproveitamento;

~~III – conduzir as ações pedagógicas, especialmente cursos e seminários, na sua respectiva área de atuação;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)

III – organizar e manter o arquivo de documentação institucional e o acervo técnico-pedagógico;

~~IV – submeter relatórios técnicos à Direção-Geral, quando solicitado;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)

IV – organizar e manter cadastro de consultores, especialistas, instrutores e professores;

~~V – promover a difusão do conhecimento por meio de ações editoriais e de pesquisa, na sua respectiva área de atuação;~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)

V – elaborar relatórios e históricos, bem como providenciar a emissão de certificados de aproveitamento;

~~VI – atuar de forma integrada com o Coordenador Pedagógico de Magistrados, visando ao alinhamento das políticas definidas pela UNICORP-TJBA;~~

- VI – exercer outras atribuições correlatas e necessárias ao cumprimento da sua função.
[\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)
- ~~VII – exercer outras atribuições correlatas e necessárias ao cumprimento da sua função.
[\(Renumerado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)~~

SEÇÃO V

~~DA SECRETARIA GERAL~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)

INDENIZAÇÃO

Art. 8º A Secretaria-Geral, cargo comissionado, será exercida por pessoa indicada pelo Diretor-Geral, nomeada pelo Presidente da UNICORP-TJBA, cabendo-lhe executar as atividades administrativas, orçamentárias e de suporte técnico às ações da MASB, inclusive:

- I – desenvolver atividades administrativas, de suporte técnico, logístico, contábil e financeiro, necessários à realização das ações finalísticas da MASB;
- II – efetuar o registro e controle de informações relativas aos estudantes da Escola, inclusive cadastro, frequência e aproveitamento;
- III – organizar e manter o arquivo de documentação institucional e o acervo técnico-pedagógico;
- IV – organizar e manter cadastro de consultores, especialistas, instrutores e professores;
- V – elaborar relatórios e históricos, bem como providenciar a emissão de certificados de aproveitamento;
- VI – exercer outras atribuições correlatas e necessárias ao cumprimento da sua função.

SEÇÃO VI

DAS SECRETARIAS DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

~~Art. 9º As Secretarias de Coordenação Pedagógica, cargos comissionados, serão exercidas por pessoas indicadas pelo Diretor-Geral, nomeadas pelo Presidente da UNICORP-TJBA, cabendo-lhe executar as atividades administrativas vinculadas às suas respectivas coordenações, inclusive:~~
[\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)

~~Art. 9º O Desembargador e o Juiz de Direito designados para o Cargo de Diretor-Geral e Coordenação-Geral, respectivamente, perceberão parcela indenizatória mensal equivalente a 10% (dez por cento) dos respectivos subsídios, aplicando-se, no que couber, as diretrizes contidas na Resolução nº 20/2016, com as alterações trazidas pela Resolução nº 8, de 05 de julho de 2017.~~
[\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)

~~Art. 9º O Desembargador que exerça o Cargo de Diretor-Geral, bem assim o Juiz de Direito, designado pelo Diretor-Geral, para o Cargo de Coordenador-Geral, perceberão parcela indenizatória mensal equivalente a 10% (dez por cento) dos respectivos subsídios, aplicando-se, no que couber, as diretrizes contidas na Resolução nº 20/2016, com as alterações trazidas pela Resolução nº 8, de 05 de julho de 2017.~~ [\(Alterado conforme Resolução N. 07, de 28 de junho de 2023\)](#)

Art. 9º Os Desembargadores que exerçam os Cargos de Diretor-Geral e de Diretor-Adjunto, bem assim o Juiz de Direito, designado pelo Diretor-Geral, para o Cargo de Coordenador-Geral,

perceberão parcela indenizatória mensal equivalente a 10% (dez por cento) dos respectivos subsídios.

- I – executar programas de formação e capacitação de magistrados e servidores;
- II – executar programas de desenvolvimento para as carreiras judicial e administrativa;
- III- elaborar relatórios técnicos com informações relativas às suas respectivas áreas, para serem submetidos à apreciação dos seus respectivos coordenadores;
- VI – exercer outras atribuições correlatas e necessárias ao cumprimento da sua função, observando as diretrizes das suas respectivas Coordenações;

TÍTULO III DOS CURSOS

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO

~~Art. 10. Os eventos promovidos pela MASB serão realizados na sede da instituição ou em local especialmente designado pelo Diretor-Geral. [\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)~~

Art. 10. Os eventos promovidos pela UNICORP e pela MASB serão realizados na sede da Instituição ou em local especialmente designado pelo Diretor-Geral;

Art. 11. Os congressos, seminários, simpósios, encontros e painéis visarão à atualização, aperfeiçoamento e maior integração entre os magistrados, servidores e colaboradores do Poder Judiciário.

Art. 12. A frequência mínima obrigatória para os cursos e eventos com o fim de avaliação ou emissão de certificado é de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária, por disciplina ou global, segundo a natureza da atividade e as diretrizes pedagógicas determinadas pela Escola.

Art. 13. Os cursos da Escola obedecerão à legislação de ensino aplicável, inclusive às normas da Escola Nacional de Aperfeiçoamento e Formação de Magistrados (ENFAM), no que for cabível.

CAPÍTULO II DO CORPO DOCENTE

Art. 14. O corpo docente será formado por magistrados, servidores, professores e pessoas de notório saber em quaisquer ramos do conhecimento.

CAPÍTULO III DO CORPO DISCENTE

~~Art. 15. O corpo discente será formado por magistrados, servidores e colaboradores, inscritos nos cursos e eventos, convidados ou convocados pela Presidência da UNICORP-TJBA. [\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)~~

Art. 15. O corpo discente será formado por magistrados, servidores e colaboradores, inscritos nos cursos e eventos, convidados pelo Diretor-Geral ou convocados pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;

Parágrafo único. Nos eventos promovidos pela Escola, poderão ser admitidos não integrantes dos quadros do Poder Judiciário.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

~~Art. 16. Propostas de alteração ao presente Regimento poderão ser apresentadas pelo Presidente da UNICORP-TJBA, pelo Diretor-Geral da Escola ou por qualquer outro juiz ou servidor e serão apreciadas pelo Plenário do Tribunal de Justiça. [\(Alterado conforme Resolução N. 19, de 16 de outubro de 2019\)](#)~~

Art. 16. Propostas de alteração ao presente Regimento poderão ser apresentadas pelo Diretor da UNICORP-TJBA, pelo Diretor-Geral da Escola ou por qualquer outro juiz ou servidor e serão apreciadas pelo Plenário do Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. Em qualquer dos casos, antes do julgamento da proposta, o Diretor-Geral da Escola encaminhará ao Tribunal Pleno, no prazo que lhe for assinado, parecer prévio ou relatório técnico.

~~Art. 17. Os casos omissos serão decididos pelo Diretor-Geral, Coordenador-Geral e Coordenadores Pedagógicos, em reunião especialmente designada para este fim. [\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)~~

Art. 17. Os casos omissos serão decididos pelo Diretor-Geral, Vice-Diretor, Coordenador-Geral e Coordenadores Pedagógicos, em reunião especialmente designada para este fim.

~~Parágrafo Único. Caso não haja unanimidade, a decisão caberá à Presidência da UNICORP-TJBA. [\(Alterado conforme Resolução N. 02, de 22 de julho de 2020\)](#)~~

Parágrafo Único. Caso não haja unanimidade, a decisão caberá ao Diretor-Geral da UNICORP e da MASB.

Art. 18. Este Regimento entra em vigor, na data de sua publicação no Diário do Poder Judiciário. Sala das Sessões, em 21 de julho de 2010.

Desembargadora TELMA Laura Silva BRITTO
Presidente